

## ECONOMIA SOLIDÁRIA E CAPITAL SOCIAL: O CASO DA ITCPI UNIMONTES

Sidinéia Maria de Souza Abrantes  
Edina Souza Ramos  
Luciene Rodrigues  
Sidnéia Souza Rocha

### RESUMO

Este trabalho analisa a conexão entre Economia Solidária e Capital Social a partir do estudo do caso da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/ITCP Unimontes, que tem aplicado um modelo de Desenvolvimento Social com base nos princípios da solidariedade, cooperação e da autogestão. Discute-se a importância e de que maneira o sujeito coletivo e a autogestão são importantes para a consolidação das práticas de Economia Solidária. O estudo conclui que o Capital Social é um elemento importante na articulação e promoção do desenvolvimento, que contribui para potencializar os resultados socioeconômicos e a organização social. A análise do caso da ITCP/Unimontes oferece fortes indícios de que o Capital Social guarda estreita relação com os princípios da Economia Solidária.

**PALAVRAS-CHAVE:** Economia Solidária; Capital Social; ITCP/Unimontes.

### CAPITAL SOCIAL

A crescente desigualdade social e as dificuldades na formulação de ações concretas para a obtenção do Desenvolvimento Social tomaram o Capital Social<sup>1</sup> um conceito em utilização crescente nos estudos desenvolvimentistas. O contexto de expropriação econômica e exclusão social, decorrente do capitalismo global financeiro, tem gerado a perda do emprego, a deterioração das relações de trabalho, a desintegração dos valores culturais e éticos, a intensificação da desigualdade de gênero, entre outras adversidades.

Por esses motivos, observa-se a proliferação de estudos e ações que envolvem novas metodologias de desenvolvimento que privilegiam o cotidiano, a cultura regional e o local em detrimento do global. Nestas discussões está presente a idéia do indivíduo como ator idealizador e participante do processo de mudança social. Trata-se, portanto, de processos de desenvolvimento, onde o papel do cidadão assume função essencial no projeto de transformação da realidade.

---

<sup>1</sup> Usa-se o termo Capital Social porque ele se acumula, pode produzir benefícios e esses benefícios podem ser mantidos para o futuro.

Por outro lado, as ações de indivíduos isolados, nem sempre são suficientes para promover o desenvolvimento, tampouco, apóiam mudanças mais estruturais na qualidade de vida de toda a coletividade. Retomando à economia neoclássica, cujas raízes encontram-se na obra de Adam Smith<sup>2</sup>, a sociedade é formada por indivíduos independentes e egoístas, competindo entre si.

Segundo Smith (1985, p.379-380), todos os indivíduos aplicam o seu capital de forma que ele alcance o maior rendimento possível, maximizando sua utilidade. O cidadão ao fazer isto não leva em conta o interesse geral da sociedade, mas o seu próprio interesse. Por outro lado, ao promover o interesse pessoal, acaba por ajudar na perseguição do interesse geral e coletivo. Por exemplo, diz Smith, “não é pela benevolência do padeiro ou do açougueiro que nós temos o nosso jantar, mas, pelo egoísmo deles, pois os homens agindo segundo seu próprio interesse criam as condições necessárias para que todos maximizem a sua utilidade”.

O autor explica que a condição necessária para a sociedade alcançar a prosperidade é a competição ou concorrência entre os diferentes agentes que atuam no mercado. A concorrência e a competição forçam o preço dos produtos para baixo até seus níveis “naturais”, que correspondem ao seu custo de produção, o que beneficia toda a sociedade. Muito embora a competição também leve ao conflito, para Smith esses conflitos são guiados e resolvidos por leis da natureza, ou seja, por um mecanismo natural, automático e regulador que ele definiu como a ação da “mão invisível” da economia. A mão invisível é uma metáfora utilizada para demonstrar a existência de um conjunto de leis naturais e de forças reguladoras das ações econômicas no livre mercado.

No entanto, a experiência atual sugere que não existe força natural capaz de controlar os conflitos gerados em uma sociedade cuja organização social é baseada na competição individual. As desigualdades de oportunidades e as diferenças econômicas e sociais entre ricos e pobres são agravadas em sociedades individuais e competitivas.

De acordo com esse pensamento, Abramovay (2000, p.86) argumenta que o Capital Social é “a resposta ao dilema neoclássico da ação coletiva”. O mesmo raciocínio pode ser constatado em Coleman (1990, p.302), quando o autor afirma que o Capital Social é o contra ponto a um dos mitos fundadores da civilização moderna - “de uma sociedade formada por indivíduos que agem independentes, e cujo objetivo é estabelecido de maneira isolada e egoísta”. Pode-se ainda recorrer a David Hume, que analisa as vantagens e desvantagens da confiança e cooperação entre indivíduos em uma colheita de milho.

Teu milho está maduro hoje; o meu estará amanhã. É vantajoso para nós dois que eu te ajude a colhê-lo hoje e que tu me ajudes amanhã. Não tenho amizade por ti e sei que também não tens por mim. Portanto não farei nenhum esforço em teu favor; e sei se eu te ajudar, esperando alguma retribuição, certamente me decepcionarei, pois não poderei contar com tua gratidão. Então, deixo de ajudarte; e tu me pagas na mesma moeda. As estações mudam; e nós dois perdemos nossas colheitas por falta de confiança mútua. (HUME apud PUTNAM, 2000 p.177).

O cenário competitivo e individualista envolvendo os dois indivíduos na colheita do milho, resulta em prejuízos para ambos, devido à falta de confiança mútua e de cooperação entre eles. Em contrapartida, a ação coletiva e solidária é vantajosa para os dois. A mesma análise pode ser feita para toda a sociedade visto que um traço característico da organização social é o relacionamento entre os

---

2 Para maiores informações vide teoria da “Mão da Invisível” - Smith, A. in: A Riqueza das Nações: investigação e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

diversos agentes que a compõe, existindo uma interdependência social entre os mesmos. O resultado de vários tipos de interdependência social como, trocas e transferências de controles, forma as relações sociais.

Nessas condições, mesmo em uma sociedade capitalista e global, como se vê na atualidade, a dimensão da ação coletiva e da cooperação alicerçada na confiança mútua e na inter-relação social entre indivíduos é fundamental para a estruturação de uma nova sociedade mais igualitária e justa.

Todos esses elementos, ação coletiva, cooperação, confiança mútua, relações sociais, entre outros, são aspectos relacionados ao conceito de Capital Social e fazem parte de um esforço teórico voltado a examinar a origem, premissas, características e conseqüências do estoque de Capital Social para o Desenvolvimento Social de uma nação.

Capital Social não é um termo novo. Em 1916, Lydia Hanifan<sup>3</sup> utilizou pela primeira vez o conceito, sendo um conjunto de relações sociais entre os indivíduos e a família. No entanto, somente a partir de 1990, o termo adquire destaque acadêmico. Não há ainda uma definição precisa de Capital Social e a maioria dos autores recorre à definições relacionadas com suas funções, ressaltando, ora aspectos da estrutura social, ora o uso desse recurso por indivíduos.

Para Putnam (2000), a cooperação voluntária só existe se for garantida por relações de confiança. Segundo o autor, indivíduos agem simultaneamente com outros se têm segurança e um bom conceito sobre a reputação e a confiabilidade destes. No mais, Putnam lembra que a cooperação voluntária é mais fácil numa sociedade que tenha herdado um bom estoque de Capital Social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica.

As regras de reciprocidade regulam o convívio mútuo entre as pessoas. Como o Capital Social é uma teoria da cooperação entre os indivíduos e essa cooperação nasce das relações pessoais, é necessário que a reciprocidade seja assegurada dentro da organização social. Para Costa (2004), o êxito em ações que objetivam a promoção de benefício mútuo está diretamente relacionado ao conhecimento (informação) que repousa na capacidade de inter-relação das pessoas e na conseqüente circulação de informações.

Na verdade, a cadeia de relações SOCIAIS permite transmitir e disseminar mais que informações, ela potencializa a confiança entre as pessoas. “Confio em você porque confio nela, e ela me garante que confia em você”. (PUTNAM, 2000, p.178). Dessa forma, os vínculos de confiança mútua derivam de como as pessoas, de uma mesma comunidade, cooperativamente se comportam e evitam lesar umas às outras.

Entretanto, segundo Putnam (2000) a confiança pode ser considerada um ativo negativo, desde que as relações pessoais ocorram verticalmente. Este seria, para o autor, o caso da máfia, que apesar de apoiar suas ações em relações de confiança, não existe ali reciprocidade entre as pessoas. Logo, para haver confiança mútua é necessário que as relações pessoais ocorram horizontalmente. Quando isso ocorre, a confiança passa a se apoiar em relações de reciprocidade, e esta pode ser constatada na permuta de serviços, na troca de presentes, no mutirão para construir e/ou reformar uma casa, no amparo da comunidade em casos de morte, de doença e outros transtornos.

A reciprocidade é mantida por regras de convívio cívico. Para Putnam (2002), regras de convívio cívico são uma espécie de garantia social e estão embasadas na confiança e na reciprocidade presentes nas relações sociais. Quando um indivíduo rompe com seus vínculos de reciprocidade, ele

---

3 Hanifan, Lyda (1916), The rural school community center. I Annals of the American academy of Political and Social Science, nº67, pp. 130-138.

conseqüentemente perde suas relações sociais no interior da organização social e sofre sanções por parte dos outros membros da cadeia de relações. Essas sanções nem sempre configuram penalidades cíveis, mas uma espécie de punição moral, onde o indivíduo é excluído das relações de confiança e reciprocidade do grupo social ao qual pertence.

Dessa forma, as relações sociais são importante recurso disponível à coletividade, transformando-se em capital ao assumir o caráter de bem público e ao ser compartilhado pela população. Contudo, ao ser compartilhado, o Capital Social não é gasto, ao contrário, o uso o faz crescer, aumentar a confiança entre as pessoas, na medida em que assegura o benefício mútuo dos membros da sociedade. (PUTNAM, 2000)

As cadeias de relações sociais propiciam o fluxo e o intercâmbio de informações, e mostram como a ação coletiva pode compartilhar conhecimentos e estabelecer diretrizes para a promoção do desenvolvimento. Um grupo de pessoas bem articuladas tem mais chances de obter resultados positivos tanto em pequenas ações internas na sua comunidade, quanto em grandes projetos coletivos de desenvolvimento.

Portanto, o conceito de Capital Social está baseado em diversos aspectos ligados à organização social, como redes sociais, confiança mútua, compromisso cívico, entre outros. Podendo, ser medido a partir da presença de: (i) organizações da sociedade civil; (ii) pessoas associadas; (iii) participação ativa na tomada de decisões; (iv) grau de confiança entre os membros da sociedade; (v) cooperação; (vi) redes horizontais; e (vi) participação política. (PUTNAM, 2000; COLEMAN, 1990)

## **ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA**

O termo Economia Popular Solidária, se desenvolve em uma perspectiva de trabalho solidário protagonizada pelas classes populares, quando grupos se formam de baixo para cima para propor alternativas coletivas para sobrevivência. De início, esses trabalhos baseavam-se em projetos de ONG's de apoio às camadas excluídas, que passaram a adotar a visão libertadora e emancipatória. Esses projetos evoluem e se ampliam na medida em que seus atores aprendem e desenvolvem novas relações de trabalho na prática diária e na reflexão pessoal e coletiva tanto no meio urbano quanto rural.

A Economia Popular Solidária abre possibilidades para a construção de novas relações sociais e de trabalho, que podem resultar em uma nova cultura de trabalho, ou seja, “Sendo os trabalhadores os “patrões” de si mesmos, o trabalho pode ganhar possibilidade de dar um salto de qualidade - qualidade na sua relação com a comunidade, como também no que diz respeito ao próprio processo de trabalho”. (Lia V. Tiriba, 1998)

Por que “economia popular solidária” e não só “economia solidária”? Este termo é demarcada pela discussão entre as duas linhas mais consistentes teoricamente - A Economia Popular, de Coraggio e A Economia Solidária, de Singer. É importante verificar, que essas duas propostas, apesar de se apoiarem em princípios comuns, possuem algumas divergências. A *Economia Popular* diferencia-se da *Economia Solidária*, principalmente na sua forma de articulação dentro do sistema capitalista.

Enquanto a primeira se propõe a formar um subsistema (embora em algum momento possa ter um peso tão importante quanto o subsistema da economia capitalista), a segunda defende uma forma de organização não intersticial ao capitalismo, muitas vezes colocada como uma alternativa de possível

superação desse sistema no longo prazo. Coraggio, desenvolve a idéia do fortalecimento de um outro subsistema, que denomina *Economia Popular*. Regida pela lógica da *reprodução ampliada da vida* e partindo das Unidades Domésticas (UD's), esse subsistema poderia se articular e ganhar espaço, em meio aos outros dois subsistemas da organização econômica atual: a *Economia Empresarial Capitalista* e a *Economia Pública*. Nessa linha, a *Economia Popular* não seria definida simplesmente como 'as atividades das classes mais pobres', mas se caracterizaria pela formação de um *Fundo de Trabalho* voltado para a ampliação das capacidades (Capital Humano) e da qualidade de vida dos membros das UD's.

o conceito da *Reprodução Ampliada da Vida* é cada vez mais difundido e discutido entre os trabalhadores e dentro das ONG's, governos populares e instituições sociais de diversos tipos que apóiam de alguma forma a Economia Popular e a Economia Solidária.

Por outro lado, ao considerar o ser humano na sua integralidade, como sujeito e finalidade da atividade econômica, a economia popular solidária valoriza o associativismo comunitário, expressando um novo modelo de desenvolvimento sustentável e solidário, concretizado em um novo modo de organização da produção, comercialização, finanças e consumo que privilegia a auto gestão e a cooperação em empreendimentos coletivos, redes e cadeias solidárias articuladas no âmbito de segmentos econômicos.

Dentre as singularidades destas práticas, sobressai a vocação de construção conjunta da oferta e da demanda, ou seja, a criação das atividades sócio produtivas ou a oferta de serviços são construídas em função de demandas reais expressas pelos moradores locais, denominados Empreendimentos Econômicos Solidários - EES

Os empreendimentos econômicos solidários - EES são caracterizados pela auto gestão e pela socialização dos meios de produção e distribuição. São cooperativas de produção, consumo, comercialização, crédito, etc., onde não há separação entre capital e trabalho. São propriedades dos próprios trabalhadores, que gerenciam e administram o empreendimento com democracia e igualdade de direitos na tomada de decisões. Estes requerem o desenvolvimento de uma nova racionalidade econômica que é identificada pelo nível de acumulação e crescimento, investimentos, estabilidade mínima e chances de viabilidade alcançados.

A manifestação ocorrida destas experiências tem demonstrado vários fatores de viabilidade e eficiência como: cooperação no trabalho, informações e conhecimentos compartilhados, integração funcional e desenvolvimento pessoal dos integrantes, enquanto sujeitos.

#### **• INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES - ITCP/UNIMONTES**

As Incubadoras foram idealizadas como uma estratégia de "utilizar" os recursos humanos e conhecimento da universidade na formação, qualificação e assessoria de trabalhadores para a construção de atividades autogestionárias, o mesmo ocorreu na Unimontes.

No âmbito da extensão comunitária, a ITCP/Unimontes acompanha atualmente 14 (quatorze) Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), todos em fase inicial de incubação, sendo 3 (três) na zona rural e 11 (seis) na zona urbana de Montes Claros. Os trabalhos são desenvolvidos em parceria com as organizações locais: Associações, Instituições filantrópicas, Programas: Mediação de conflitos; Fica vivo; Luz - Cidadão do Futuro.

A ITCP/Unimontes vem articulando diversas ações no campo da Economia Popular Solidária nos níveis de Ensino, Pesquisa e Extensão, simultaneamente, desde o ano 2004, na graduação e pós-graduação e através do envolvimento de docentes e discentes nas articulações regional, estadual e municipal; nos Fóruns, Plenárias e Conferências de Economia Popular Solidária.

## **METODOLOGIA**

O estudo foi realizado com base fundamentalmente em análises qualitativas relacionadas ao comportamento dos empreendimentos econômicos solidários no que se refere à adoção de ações de Economia Popular Solidária.

Buscou-se analisar a conexão entre Economia Solidária e Capital Social a partir do estudo do caso da ITCP Unimontes, que tem aplicado um modelo de Desenvolvimento Social com base nos princípios da solidariedade, cooperação e da auto gestão. Discute-se a importância e de que maneira o sujeito coletivo e a autogestão são importantes para a consolidação das práticas de Economia Popular Solidária.

O estudo foi realizado utilizando como suporte analítico pesquisas bibliográficas acerca do Capital Social, especialmente, as teorias de Abramovay (2000), Putnam (2000), Coleman (1990) e Bourdieu (1986), entre outros, e as teorias de formação em Economia Solidária especialmente, as teorias de Singer (1997), Coraggio (1994) e Bertucci (2003).

Também foram utilizadas pesquisas documentais e informações disponíveis em instituições governamentais e não governamentais que produzem estatísticas e/ou estudos relativos aos assuntos investigados. São eles o grupo de alunos do curso de Ciências Sociais da Unimontes, através da disciplina optativa denominada Economia Popular Solidária, o Fórum Regional (Norte de Minas) e Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária e o projeto Análise Sócio-Econômica dos Grupos de Economia Popular Solidária na Região Norte de Minas que tem como objetivo geral identificar e mapear os empreendimentos econômicos solidários na região.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em se tratando da organização social e das práticas de autogestão nos E.E.S orientados pela ITCP/Unimontes, certificou-se a elevada participação dos membros dos grupos em pelo menos um tipo de organização social e a constante participação nas decisões ligadas ao empreendimento. Relativo a esses resultados, os membros dos empreendimentos podem ser considerados agentes idealizadores e participantes do processo de mudança social, reunidos por motivo em comum, tanto no campo social, econômico, cultural e às vezes religioso, sinalizando a presença de sujeito coletivo.

De acordo com o conceito apresentado neste estudo, o Capital Social é um recurso público compartilhado por pessoas inseridas em sistemas sociais e caracterizado por rede de relações sociais, normas de confiança, reciprocidade e compromisso cívico. Com base nesse princípio, aferiu-se a existência de Capital Social em todos os empreendimentos na ação coletiva, cooperação, vínculo de amizade, confiança recíproca, ajuda mútua, mobilização das mulheres em prol da saúde coletiva, entre outros.

Percebe-se então, muitas formas de representação do Capital Social nos empreendimentos econômicos solidários acompanhados pela ITCP/Unimontes. Por meio de ações, do processo capacitatório e organizativo, pode-se dizer que o Capital Social é um elemento importante na articulação e promoção do desenvolvimento. Ele contribui para potencializar os resultados econômicos em termos de aquisição de insumos, acesso a crédito junto às instituições financeiras e na produção em geral.

A análise do caso da ITCP/Unimontes oferece fortes indícios de que o Capital Social guarda estreita relação com o desempenho econômico desses empreendimentos. Ademais, a existência de laços econômicos, sociais e afetivos, fortalecem a identidade e a sensação de pertença ao grupo. Sociedades com laços de confiança fortes têm maiores possibilidades de desenvolvimento do que sociedades com baixo nível de confiança, como aponta a literatura. Este resultado é considerado relevante, porque corrobora a hipótese de que o Capital Social afeta as práticas de promoção da Economia Popular Solidária, levando-se em consideração os atores envolvidos, e os aspectos relacionados às condições socioeconômicas e a necessidades de mudanças.

Constatou-se também que a capacitação técnica, como fator de formação para a auto gestão e para os processos produtivos é de fundamental importância para o êxito do EES. Nota-se que todos os grupos pesquisados têm preocupado com a formação do grupo, demandando ou aderindo projetos de formação e capacitação externas.

## **REFERÊNCIAS**

ABRAMOVAY, Ricardo. O Capital Social dos Territórios: Repensando o Desenvolvimento Rural. Economia Aplicada, São Paulo, vol. 4, n.2, abril/junho 2000.

ASSIS, Renato Linhares de. Globalização, Desenvolvimento Sustentável e Ação Local: O caso da Agricultura Orgânica. In: Cadernos de Ciências & Tecnologia, Brasília, v. 20, n. 1, p. 79-96, janeiro/abril 2003.

BERTUCCI, Ademar de Andrade e ALVES, Roberto Marinho (Orgs.). 20 Anos de Economia Popular Solidária: Trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS. Brasília, DF: Gráfica Terra, 2003.

BUARQUE, S. C. Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CARDOSO, José Maria Alves. A Região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais. 1996. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife.

CORAGGIO, J. Luis. Economia Urbana: La Perspectiva Popular. Quito: Fronesis, 1994.

IAMAMOTO, Marilda V. A questão social no capitalismo. Temporalis, Brasília, ABEPSS, ano 2, n , p. 9-32, jan-jun. 2001.

SANTOS, M.; & SILVEIRA, M.L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. 1 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SMITH, Neli. Desenvolvimento Desigual. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.